

Reforma trabalhista, um golpe contra a população

Confira análise da AJ do Sintunesp e participe da campanha pela anulação da reforma

A aprovação do projeto de lei (PLC) 38/2017 pelo Senado Federal, em julho deste ano, representou um pesado golpe contra os trabalhadores. O projeto instituiu a reforma trabalhista, uma das principais metas do governo golpista que ocupa o Palácio do Planalto. Já transformada em lei – Lei nº 13.467/2017 – a reforma legaliza um conjunto de práticas há muito tempo reivindicadas pelo empresariado. Como bem assinalou texto divulgado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), trata-se do “rebaixamento histórico do patamar civilizatório mínimo de cidadania social que se construiu ao longo de quase dois séculos e meio.”

A lei da reforma trabalhista aprovada pelo governo Temer passa a valer a partir do dia 11 de novembro de 2017. Se somada à lei que permite a terceirização ilimitada no país, que já entrou em vigor, estamos diante de um grande desmonte nos direitos trabalhistas.

Entre os principais prejuízos, estão:

- A introdução da prevalência irrestrita do negociado sobre o legislado, fora das hipóteses taxativamente autorizadas pelo art. 7º da Constituição da República;
- A limitação pecuniária das indenizações por danos morais, baseadas nos salários das vítimas, o que viola o fundamento republicano da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e, por propiciar tratamento distinto a situações idênticas, ou seja, a garantia fundamental da isonomia (caput do art. 5º);
- A proibição do exame, pela Justiça do Trabalho, do conteúdo de convenções e acordos coletivos, limitando-se à análise a seus aspectos formais;
- A instituição de regime ordinário de prorrogação da jornada de trabalho por acordo individual, violando ostensivamente o art. 7º, XIII, que somente a autoriza por meio de acordo ou convenção coletiva;
- A permissão para que gestantes e lactantes trabalhem em locais insalubres.

AJ do Sintunesp preparou quadro

O advogado José Francisco Martins, da assessoria jurídica do Sintunesp, ministrou palestra sobre a reforma trabalhista durante reunião do Conselho Diretor de Base e Diretoria Colegiada da entidade, em 17/8 ([disponível na seção “Informes do Jurídico”, na página de entrada do site.](#))



Campanha pede revogação

Por iniciativa de centrais sindicais e entidades representativas dos trabalhadores, está em curso uma campanha nacional pela anulação da Reforma Trabalhista. O objetivo da campanha é coletar um mínimo de 1,3 milhão de assinaturas e, com isso, conseguir protocolar na Câmara Federal um Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP).

O número de 1,3 milhão corresponde a 1º do eleitorado brasileiro e é a exigência mínima para dar início a um projeto como esse.

Para participar, faça assim:

- 1) Imprima o modelo de coleta de assinaturas ([na página seguinte do boletim](#)) e passe a lista entre os colegas de trabalho, vizinhos e familiares. Importante: é preciso ser eleitor para assinar. Só pode assinar uma vez.
- 2) Após colher as assinaturas, encaminhe o material ao Sintunesp (envie por malote ao Sintunesp, Praça da Sé, 108, SP).
- 3) Quando a coleta se encerrar em todo o país, será organizada uma Caravana a Brasília para a entrega das assinaturas e protocolo do projeto de lei na Câmara dos Deputados, acompanhada de um ato público.

Mais informações sobre a campanha em:

anulareforma.cut.org.br
www.napressao.org.br



LISTA DE APOIAMENTO

PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR

Revoga a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017,
e a Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, e dá outras providências.

MUNICÍPIO: _____ ESTADO: _____

NOME (Por extenso e legível, sem abreviar):		Assinatura ou impressão digital
ENDEREÇO (Completo, legível, sem abreviar, com CEP):		
Data de Nascimento	Número do Título de Eleitor	
NOME (Por extenso e legível, sem abreviar):		Assinatura ou impressão digital
ENDEREÇO (Completo, legível, sem abreviar, com CEP):		
Data de Nascimento	Número do Título de Eleitor	
NOME (Por extenso e legível, sem abreviar):		Assinatura ou impressão digital
ENDEREÇO (Completo, legível, sem abreviar, com CEP):		
Data de Nascimento	Número do Título de Eleitor	
NOME (Por extenso e legível, sem abreviar):		Assinatura ou impressão digital
ENDEREÇO (Completo, legível, sem abreviar, com CEP):		
Data de Nascimento	Número do Título de Eleitor	
NOME (Por extenso e legível, sem abreviar):		Assinatura ou impressão digital
ENDEREÇO (Completo, legível, sem abreviar, com CEP):		
Data de Nascimento	Número do Título de Eleitor	
NOME (Por extenso e legível, sem abreviar):		Assinatura ou impressão digital
ENDEREÇO (Completo, legível, sem abreviar, com CEP):		
Data de Nascimento	Número do Título de Eleitor	
NOME (Por extenso e legível, sem abreviar):		Assinatura ou impressão digital
ENDEREÇO (Completo, legível, sem abreviar, com CEP):		
Data de Nascimento	Número do Título de Eleitor	
NOME (Por extenso e legível, sem abreviar):		Assinatura ou impressão digital
ENDEREÇO (Completo, legível, sem abreviar, com CEP):		
Data de Nascimento	Número do Título de Eleitor	
NOME (Por extenso e legível, sem abreviar):		Assinatura ou impressão digital
ENDEREÇO (Completo, legível, sem abreviar, com CEP):		
Data de Nascimento	Número do Título de Eleitor	